

O alinhamento pró-Estados Unidos da Fonologia no Brasil

Wilmar da Rocha D'Angelis
IEL-UNICAMP

A fonologia da vertente do Círculo de Praga – seguida por Câmara Jr. – não deixou seguidores entre lingüistas no Brasil, onde assistimos à vitória hegemônica da vertente estruturalista distribucionalista norte-americana. Com suas limitações teóricas e seu empirismo exacerbado, essa perspectiva engessou o tratamento da fonologia do Português Brasileiro e provocou o abandono das intuições mais perspicazes da abordagem do próprio Mattoso. Ela também comprometeu o tratamento da fonologia de grande parte das línguas autóctones brasileiras, ao mesmo tempo em que foi responsável pela formação de gerações de lingüistas em nosso país. Sua vitória não correspondeu apenas a um embate acadêmico, mas integrou um processo latino-americano de alinhamento pró-Estados Unidos que, na Fonologia, ainda mostra uma sobrevida.

Phonology of the Prague School – followed by Câmara Jr – did not leave followers between Brazilian linguists, since in this country we watched the hegemonic victory of the distributionalist Structuralism of North America. With its theoretical limitations and its exasperate empiricism, this perspective confined the treatment of the Brazilian Portuguese's Phonology and led to the abandonment of the most interesting intuitions of Mattoso's approach. It also impaired the treatment of the phonological component of great part of the native languages in Brazil, and at the same time, it was responsible for the formation of generations of linguists in our country. Its victory did not correspond only to an academic dispute, but it integrated a Latin American process of alignment with the United States, which, in Phonology, still survives.

Introdução

Convidado a incluir um trabalho lingüístico na coletânea que homenageia o professor John Robert Schmitz, comecei a escrevê-lo por uma epígrafe, tomada a Trubetzkoy, do clássico *Grundzüge der Phonologie*. Imediatamente, porém, aquela passagem me remeteu ao presente texto, ainda não publicado, que apresentara (em 2002) em um

evento acadêmico.¹ Acabara de reler alguns dos muitos escritos do Prof. John Schmitz, dos últimos quatro anos, em torno de um polêmico Projeto de Lei que pretende proibir o uso de palavras estrangeiras em nossa língua, e identifiquei, no meu texto, o mesmo espírito crítico e o mesmo compromisso social (ainda que não a mesma clareza) com que o nosso homenageado se ocupa de discutir os temas da lingüística que lhe atraem. Significativa, aliás, a seguinte observação dele próprio, em um dos textos mencionados, acerca de um artigo que submetera a um grande jornal de circulação nacional:

O artigo foi recusado pelo jornal por não se tratar, segundo a jornalista encarregada, de um “tema de política” (é interessante que o tema de estrangeirismos em português seja classificado pelos jornais como tema de natureza cultural). (SCHMITZ, 2001, p. 88).

É essa postura crítica e perspicácia política, que não se separa de sua pesquisa e seus escritos em lingüística, que gostaria de homenagear, com o presente texto, nosso brasileiríssimo mestre e colega, Professor John.

Descaminhos da Fonologia no Brasil²

Já foi apontado, por Yonne Leite (1990, p. 35), que a linha de análise fonológica “vencedora”, em nosso país, não foi a de Mattoso Câmara Jr., considerado o “pai da Lingüística” no Brasil. Adepto da fonologia na vertente do Círculo de Praga, Mattoso Câmara não deixou seguidores, cedendo lugar à ascensão, nos estudos lingüísticos brasileiros, da vertente do estruturalismo distribucionalista norte-americano. O que cumpre discutir, porém, é: que conseqüências teve, para os estudos fonológicos no Brasil, esse alinhamento pró-americano?

Essa comunicação pretende argumentar a favor da tese segundo a qual as limitações teóricas do referido modelo norte-americano, com seu empirismo exacerbado, engessaram as abordagens da fonologia do Português Brasileiro, cujos reflexos se vêem mesmo nas abordagens gerativistas e pós-gerativistas, e provocaram o abandono das intuições mais perspicazes da abordagem do próprio Mattoso Câmara.

¹ Este texto foi escrito, inicialmente, para apresentação na IX International Conference on History of Language Sciences, realizada na USP e UNICAMP em agosto de 2002.

² A pesquisa da qual este texto é resultado parcial NÃO tem o apoio do CNPq.

Igualmente limitante do tratamento da fonologia de grande parte das línguas autóctones em território brasileiro – e muitas vezes servindo, ainda hoje, a programas colonialistas nocivos às sociedades indígenas – aquela perspectiva teórica foi responsável pela formação de gerações de lingüistas em nosso país. Sua vitória, porém, não correspondeu apenas a um embate acadêmico (uma “disputa de paradigmas”, no jargão kuhniano), mas integrou um processo latino-americano de alinhamento pró-Estados Unidos que, no caso da Fonologia (ou será da Lingüística?), ainda mostra uma sobrevida.

A Fonêmica nos Estados Unidos

Enquanto as idéias de Saussure – renovando os estudos da linguagem e inaugurando a Lingüística como a entendemos hoje – viajaram para a Rússia, pelas mãos de Karcevskij, para difundir-se no Círculo Lingüístico de Moscou em 1917,³ nos Estados Unidos desenvolvia-se, nos anos da primeira guerra mundial, uma elaboração teórica própria pela genialidade de Edward Sapir.

Em 1916, quando se divulgam amplamente na Europa as idéias de Saussure através da publicação póstuma do *Cours de Linguistique Générale*, Sapir já trabalhava há uma década em contato com línguas indígenas norte-americanas, já participara da elaboração do *Handbook of American Indians*, sob a direção de Franz Boas, e já publicara dezenas de trabalhos sobre aquelas línguas, mas também sobre línguas européias.⁴ Para Trubetzkoy, o desenvolvimento teórico produzido por Sapir foi não apenas independente das idéias de Saussure, como até sua concepção de fonema nada teria a dever a Baudouin de Courtenay.⁵

³ Cf. JAKOBSON, 1972, p. 147.

⁴ Sapir era graduado em filologia germânica pela Universidade de Colúmbia. Essas e outras informações biográficas no texto foram colhidas em Câmara Jr. (1954 - Prefácio a Sapir, [1921] 1954) e na Bibliografia de Sapir incluída na publicação póstuma de seus *Selected Writings* (SAPIR, 1951).

⁵ TRUBETZKOY [1933] 1981, p. 17. Pelo retrospecto da abordagem lingüística de Boas, com quem Sapir iniciou-se nas línguas indígenas, também não é possível estabelecer vínculo deste último – ainda que fosse indireto – com Saussure e as novas tendências da lingüística na Europa do início do século XX (cf. JAKOBSON, 1959; 1971). Para Philipson (1981, p. 8-9), Sapir teria influência de Sweet (1899).

No campo específico da Fonologia – no qual sabemos que Saussure não tirou as devidas conseqüências dos próprios princípios com que inaugurou a lingüística estruturalista⁶ – coube, na Europa, a três emigrados do Círculo Lingüístico de Moscou (Roman Jakobson, Nikolaj Trubetzkoy e Serguei Karcevskij) lançar suas bases em uma proposição ao I Congresso Internacional de Lingüistas, em Haia, 1928.⁷ Aquelas idéias foram acolhidas e desenvolvidas coletivamente, no Círculo Lingüístico de Praga, que as incluiu em suas teses ao I Congresso dos Filólogos Eslovacos, celebrado em Praga em 1929.⁸ É relevante notar, entretanto, que concepção praticamente idêntica já estava presente no trabalho *Sound Patterns in Language*, de Sapir, publicado em 1925.⁹

Tudo isso pareceria apontar para uma convergência da lingüística norte-americana e europeia, mas não é o que se observou de fato. Em 1933, outro lingüista norte-americano, Leonard Bloomfield, lança uma obra com o mesmo nome do livro de Sapir publicado doze anos antes:

⁶ Há mesmo um capítulo intitulado “Fonologia”, no *Cours*, de Saussure, mas como veremos adiante, não se trata da Fonologia que conhecemos hoje.

⁷ Informação de Jakobson, referida em Mathesius (1978, p. 109).

⁸ Os lingüistas pragueanos reconhecem suas dívidas com Baudouin de Courtenay (ainda que insistam em esclarecer que nenhum deles fora discípulo daquele pesquisador) e, igualmente, com a escola de Genebra, ou seja, a escola de Saussure, de quem Karcevskij considerava-se discípulo, segundo Fontaine (1978, p.13).

⁹ No seu texto de 1925, Sapir usa os termos “padrão” ou “padrão fonético” e a noção de sistema, com sentidos muito próximos aos que seriam atribuídos ao termo “fonema” e à expressão “sistema fonológico” na escola pragueana. Segundo Câmara Jr (1954, p. 13), é apenas em artigos dos anos 30 que Sapir empregará a mesma nomenclatura dos europeus. Vale observar que a noção de “padrão fonético” já comparecia na obra *Language: an introduction to the study of speech*, de Sapir, publicada em 1921 (ver SAPIR, 1954, p. 63). Para exemplificar com uma breve passagem do trabalho de 1925: “Each member of this system is not only characterized by a distinctive and slightly variable articulation and a corresponding acoustic image, but also – *and this is crucial* – by a psychological allofness from all the other members of the system” (SAPIR, 1951, p. 35). Aqui se pode destacar a única diferença relevante (mas, na prática, de efeito nenhum) entre a formulação de Sapir e a de Praga: os pragueanos recusam o apelo a uma realidade psicológica, insistindo no conceito de *função*.

Language. Nesse livro-manual, Bloomfield reunia suas idéias (em parte, divulgadas em artigos anteriores) que tiveram forte impacto na intelectualidade de seu país, especialmente por seu viés positivista, arraigado em um forte empirismo e anti-mentalismo (no que se opunha à abordagem humanista e mentalista de Sapir). Nas palavras de Câmara Jr.,

Bloomfield buscou colocar a linguagem em um nível de observação puramente objetivo das formas lingüísticas, da mesma forma que os behavioristas tinham tentado fazer com as ações humanas. Era a abordagem ‘mecanicista’ da linguagem, que se tornou um princípio básico entre os discípulos de Bloomfield” (CÂMARA JR., 1979, p. 172-173).¹⁰

No que toca à Fonologia, Bloomfield contribuiu para uma definição aparentemente mais precisa, mas seguramente atomizada do *fonema*, dando um passo importante para a concepção que seria consolidada no trabalho *The Phonemic Principle*, de Morris Swadesh (um discípulo de Sapir), publicado em 1934. Segundo Mattoso Câmara (1979, p. 173), Bloomfield foi quem deu “a base teórica para o desenvolvimento da ‘fonêmica’, a réplica americana para a ‘fonologia’ de Trubetzkoy”, e essa vertente de abordagem da fonologia enfatizou “cada vez mais o que se chamou distribuição de fonemas”.¹¹ A linha demarcatória entre a *Fonologia* e a

¹⁰ Para Lepschy (1975, p. 92), Bloomfield “impõe ao método científico as limitações do comportamentalismo estreito (‘tratar apenas dos acontecimentos, no seu tempo e lugar, acessíveis a todos os observadores, e a não importa qual observador’), do mecanicismo (tratar ‘apenas dos acontecimentos colocados nas coordenadas de tempo e de espaço’), do operacionalismo (recorrer ‘apenas a proposições iniciais e a previsões que impliquem em precisas operações materiais’), do fiscalismo (usar ‘apenas termos deriváveis, com definições rígidas, de um conjunto de termos quotidianos, referentes a acontecimentos físicos’); assim se exprime no ensaio preparado para o primeiro volume da *International Encyclopedia of Unified Science*, e a estas exigências procura amoldar sua exposição”.

¹¹ Câmara Jr.(1974, p. 51) reconhece, como origem da perspectiva Fonêmica, “a escola norte-americana, dita de Yale, derivada de Bloomfield (Bernard Bloch, George Trager, Morris Swadesh, Charles Hockett, Zellig Harris, Paul Garvin, Kenneth Pike etc.)”. Vários foram alunos de Sapir, porque o grande lingüista trabalhou na Universidade de Yale durante quase toda a década de 30, até sua morte em 1939 (cf. CÂMARA JR., 1954, p. 10).

Fonêmica está resumida, em seu ponto primordial, numa passagem do insuspeito (a esse propósito) Kenneth Pike:¹²

É especialmente importante, para os estudiosos que não estão familiarizados com o meio lingüístico norte-americano, compreender que a nossa orientação em fonêmica, pondo em relêvo as unidades fônicas do sistema, e a orientação européia, insistindo nas oposições do sistema, tiveram histórias relativamente independentes durante um bom número de anos. (PIKE, 1956, p. 208-209).

É verdade que Sapir continuou sendo influente na lingüística norte-americana durante toda a primeira metade do século XX, como se constata no seguinte registro de Carroll:

No seu discurso presidencial proferido em 1950 perante a Sociedade Lingüística da América, Einar Haugen (1951) admoestou brandamente os lingüistas americanos por seu provincianismo ao considerarem a lingüística na tradição de Sapir e Bloomfield como a única lingüística sólida” (CARROLL, 1973, p. 34).

Entretanto, é o mesmo Pike quem nos informa que, dos ensinamentos de Sapir, os norte-americanos abandonaram justamente a noção de sistema fonológico: “A influência de Sapir, afora a sua insistência nos sistemas fonológicos, continua com muita intensidade” (PIKE, 1956, p. 209).

Ao recusar a insistência de Sapir na noção de *sistema fonológico*, a perspectiva descritivista do distribucionalismo empobrece sobremaneira a visão do componente fonológico das línguas, reduzindo-o a meros inventários de fonemas (ainda que os categorizem – taxonomicamente, para lembrar Chomsky – por suas características fonéticas). Ainda uma vez é Pike (1956, p. 210) quem o confirma: “Bloomfield punha

¹² Kenneth Pike, falecido em dezembro de 2000, foi, ao lado de Nida, dos principais mentores (e, durante meio século, o principal lingüista) do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), empreendimento missionário iniciado nos Estados Unidos na década de 30 (“com vistas à preparação de missionários e traduções bíblicas” – LEPSCHY, 1975, p. 80), perfeitamente integrado com outras iniciativas norte-americanas nos países sub-desenvolvidos. Nas palavras de John Carroll (1973, p. 235), “o Instituto Lingüístico de Verão (...) é mantido por certos grupos religiosos e organizado primariamente com o objetivo de ensinar os aspectos da lingüística que são de serventia a missionários e tradutores da Bíblia”. Pike presidiu o SIL entre 1942 e 1979 (cf. Relatório Anual SIL, em: http://www.sil.org/sil/annualreport/portuguese_2000.pdf, acessado em 25.08.2002).

insistência na relevância da distribuição para a análise fonêmica, e os critérios distributivos continuaram até hoje a vigorar em praticamente todos os estudos de lingüística em nosso país”.

Ao resenhar, para o público acadêmico brasileiro, a obra clássica de Trubetzkoy, *Grundzüge der Phonologie* (1939), Mattoso Câmara confirma a diferença entre os dois modelos e o distanciamento da Fonêmica em relação a Sapir:

É o enquadramento rigoroso da fonologia na doutrina saussuriana um dos traços que a separa da fonêmica norte-americana. Enquanto Trubetzkoy acentua a necessidade de se aceitar a dicotomia entre *langue* e *parole* para bem se compreender o seu próprio pensamento (cf. p.9), os fonemistas norte-americanos não tomam dela conhecimento, e obliteram às vezes até o que de semelhante está vaga e implicitamente contido na obra inicial de Sapir. (CÂMARA JR, [1946] 1977a, p. 121).

E, em outra passagem:

Vale, a propósito, assinalar a divergência doutrinária entre Trubetzkoy e Bloomfield. O fonemista norte-americano descrê preliminarmente da possibilidade de uma sistemática dos fatos fônicos ...” (idem, p. 124).

É curioso observar que Kenneth Pike foi discípulo de Sapir e, além disso, autor de um número significativo de obras que buscaram sistematizar uma abordagem lingüística diferenciada de Bloomfield, por não partilhar com este, por exemplo, a noção de autonomia total dos “níveis de análise” (cf. PIKE, 1956, p. 212) e insistir em uma versão de abordagem funcionalista (segundo LEPSCHY, 1975, p. 146-147). Isso não impediu que – em seu esforço de produzir uma abordagem ‘prática’ para os interesses missionários dos quais partilhava – construísse um modelo de “redução das línguas à escrita” que consolidou, nas áreas de influência do SIL, aquele típico tratamento empobrecedor do componente fonológico pela abordagem *Fonêmica*. Seu clássico trabalho, que apresenta seu modelo de fonologia, data de 1947: *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*.

A Fonologia de Praga chega ao Brasil

A investigação da linguagem no Brasil esteve calcada, na primeira metade do século XX, basicamente nos estudos filológicos na linha do comparativismo histórico europeu. Ainda que alguma literatura

francesa afinada com concepções saussureanas fosse eventualmente lida e citada, no campo da fonologia permanecia a perspectiva desenvolvida a partir do século XIX, em parte também por conta de Saussure.

No *Cours de Linguistique Générale* há, de fato, um capítulo (VII) intitulado “A Fonologia”, seguido de um apêndice à parte introdutória do livro, com o título de “Princípios de Fonologia” e dividido em duas partes: “As espécies fonológicas” e “O fonema na cadeia falada”.¹³ Os problemas começam na “Definição” com que Saussure abre o capítulo VII:

A fisiologia dos sons (em alemão Lautphysiologie ou Sprachphysiologie) é freqüentemente chamada de “Fonética” (em alemão Phonetik, inglês phonetics, francês phonétique). Esse termo nos parece impróprio; substituímo-lo por Fonologia. Pois Fonética designou a princípio, e deve continuar a designar, o estudo das evoluções dos sons; não se deveriam confundir no mesmo título dois estudos absolutamente distintos. A Fonética é uma ciência histórica; analisa acontecimentos, transformações e se move no tempo. A Fonologia se coloca fora do tempo, já que o mecanismo da articulação permanece sempre igual a si mesmo. Longe de se confundir, esses dois estudos nem sequer podem ser postos em oposição. O primeiro é uma das partes essenciais da ciência da língua; a Fonologia, cumpre repetir, não passa de disciplina auxiliar e só se refere à fala (SAUSSURE, [1916] 1974, p. 42-43).

Em outras palavras, a divisão feita aqui coloca a Fonética no campo da *langue* e a Fonologia no campo da *parole*. Com isso se esclarece que todo o apêndice que trata de “Princípios de Fonologia” está mais próximo do que, depois dos pragueanos, entendeu-se por Fonética.¹⁴

Mattoso Câmara (1977a, p. 12) destaca que Saussure “rejeita o nome de *fonética* para a ciência geral dos sons da fala, e propõe justamente em seu lugar o nome de *fonologia*”. Desse modo, o mestre genebrino “restringe a aplicação do termo *fonética* ao estudo da evolução dos sons”, e a motivação seria uma “oposição implícita aos foneticistas de Leipzig” (cujo nome mais conhecido é Sievers).

Mas, o mais importante e o que justifica as críticas de Praga a Saussure não é a atribuição, digamos, “inversa” dos rótulos “Fonética”

¹³ Cito a edição brasileira da Ed. Cultrix.

¹⁴ No mesmo cap. VII, Saussure faz longas considerações sobre “A escrita fonológica” que são, como esperado, considerações sobre uma escrita que hoje denominaríamos como “de base fonética”.

e “Fonologia”, mas o fato de que a Fonética, pela definição de Saussure, em tudo continua a ser aquela do comparativismo histórico do século XIX, incluindo uma perspectiva “atomística”, que foi alvo de severas críticas de Trubetzkoy. Tal concepção se revela, em Saussure, em diversas passagens do *Cours*, incluindo, necessariamente, o capítulo que trata das “mudanças fonéticas”, na parte de sua obra dedicada à “Lingüística Diacrônica”. Por exemplo:

A verdadeira questão está em saber se as transformações fonéticas atingem as palavras ou apenas os sons; a resposta não é duvidosa: em néphos, methu, ánhō etc., existe um determinado fonema, uma sonora aspirada indo-européia, que se transforma em surda aspirada; é o s inicial do grego primitivo que se muda em h etc., e cada um desses fatos é isolado, independente de outros fenômenos da mesma ordem, independente também das palavras onde se produz. (SAUSSURE, 1974, p. 110 – grifos meus).

Em outra passagem:

Dessarte, os fatos diacrônicos são particulares; a modificação de um sistema se faz pela ação de acontecimentos que não apenas lhe são estranhos (...), como também isolados, sem formar sistema entre si.

Em resumo: os fatos sincrônicos, quaisquer que sejam, apresentam uma certa regularidade mas não têm nenhum caráter imperativo; os fatos diacrônicos, ao contrário, se impõem à língua, mas nada mais têm de geral. (SAUSSURE, 1974, p. 111)¹⁵

Ao tratar da diacronia, esclarece o lugar que reserva à sua “Fonética”:

A Lingüística diacrônica estuda, não mais as relações entre os termos coexistentes de um estado de língua, mas entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo. (SAUSSURE, 1974, p. 163)

Na passagem anterior a perspectiva atomística está presente (fala-se em “termos” sucessivos), mas no capítulo sobre as “mudanças fonéticas” essa visão se destaca melhor, em passagens como:

¹⁵ Essas duas passagens, particularmente, devem ser inseridas em um contexto no qual Saussure buscava contestar a concepção vigente sobre leis fonéticas, mostrando que alterações diacrônicas são localizadas e datadas, não universais. É o que indica a seguinte passagem da p. 112, logo a seguir: “Dessarte, cada alteração fonética, seja qual fôr ademais a sua extensão, está limitada a um tempo e a um território determinados; nenhuma se efetua em todos os tempos e todos os lugares: as tranfomações não existem senão diacronicamente”.

Vimos (...) que a mudança fonética não afeta as palavras, e sim os sons. O que se transforma é um fonema; sucesso isolado, como todos os sucessos diacrônicos, mas que tem por consequência alterar de maneira idêntica todas as palavras em que figure o fonema em questão... (SAUSSURE, 1974, p. 167 – grifos meus).

As mesmas concepções do século XIX comparecem na noção de “fenômenos fonéticos espontâneos” (p. 168) e na dificuldade de Saussure em tentar delimitar causas para as mudanças fonéticas (p. 171ss.).

Na avaliação de Câmara Jr.,

Saussure quis no âmbito dos sons prolongar a dicotomia da lingüística sincrônica e da lingüística diacrônica, que é uma das linhas mestras da sua renovação doutrinária. Aí já encontrou, entretanto, uma tradição de estudos descritivos, estabelecida pelo movimento foneticista que nos fins do século passado se criou à margem da lingüística histórico-comparativa e que teve em Sievers um de seus orientadores; e não é de admirar, portanto, que o mestre genebrino se limitasse a encampar essa tradição, opondo-a ao conceito de fonética histórica, que ao contrário situou no campo diacrônico. Apenas divergiu de Sievers numa questão de nomenclatura. (CÂMARA JR., 1977a, p. 13)

Em resumo, Saussure não conseguiu libertar-se do viés comparativista em que se formara (e em cujo campo produziu contribuições significativas) e, com isso, aqueles que tomaram sua obra como inovadora (como de fato o foi) corriam o risco de acatar tudo como nela se apresenta, incluindo a manutenção da “Fonética” como se praticava no século XIX. A Fonologia, como a conhecemos, foi inaugurada, pois, no final dos anos 20 pelo Círculo de Praga. Antes dele ou sem tomá-lo em conta, o que se fez na Europa, em geral, foi dar continuidade ao tratamento do século anterior.

Assim, os autores brasileiros da primeira metade do século XX (alguns, ainda depois disso) apoiaram-se quase sempre em trabalhos que tratam de Fonética (na perspectiva mencionada), principalmente nos mais conhecidos trabalhos de Trombetti, Grammont e Battisti.¹⁶ É justo lembrar – como o faz Rodrigues (1984, p. 91) – que, além de Câmara Jr, “outros

¹⁶ Alfredo Trombetti, *Elementi di Glottologia* (Bologna: Nicola Zanichelli, 1923); Maurice Grammont, *Traité de phonétique* (Paris: Delagrave, 1933); Carlo Battisti, *Fonetica generale* (Milano: Ulrico Hoepli, 1938).

estudiosos procuraram introduzir os estudos científicos da linguagem no Brasil”, como José Oiticica, Jorge Bertolaso Stella, Rosário Farani Mansur Guérios, Theodoro Henrique Maurer Jr, etc. Mas nesses autores as referências à Fonética, quando ocorrem, remetem à fundamentação teórica em Trombetti, Grammont, etc.¹⁷

Foi, pois, Joaquim Mattoso Câmara Jr., “professor das escolas secundárias da Prefeitura do Distrito Federal” (ou seja, do Rio de Janeiro),¹⁸ quem trouxe, para o Brasil, a abordagem fonológica de linha pragueana, depois de conhecer Roman Jakobson nos Estados Unidos. De fato, entre setembro de 1943 e abril de 1944, com uma bolsa da Fundação Rockefeller, Câmara Jr. esteve aprimorando sua formação lingüística naquele país (cf. CÂMARA JR., 1945).

Em 1946, Mattoso publicou, no Boletim de Filologia (RJ), uma resenha da obra póstuma de Trubetzkoy, *Grundzüge der Phonologie* (1939), com a qual certamente tomara contato através de Jakobson. Na abertura dessa resenha ele ressalta a distância dos estudiosos brasileiros em relação àquela abordagem:

a fonologia de Praga é quase desconhecida no Brasil, e, se estão a par dela alguns estudiosos sem dúvida, é incontestável que ainda não roçou sequer a nossa concepção comum atual em matéria dos sons da fala. (CÂMARA JR., [1946] 1977a, p. 117).

Na breve resenha, não deixou de destacar os aspectos centrais da abordagem pragueana, como nas seguintes passagens, acerca do ponto de vista de Trubetzkoy:

¹⁷ Yonne Leite observa que até 1965 a situação do ensino da Lingüística era bastante precária no Brasil, sendo que “os únicos centros que se batiam pela formação de lingüistas para o trabalho de campo com línguas indígenas era a Universidade Federal do Paraná, tendo à frente Mansur Guérios e Loureiro Fernandes. Estes muito incentivaram Aryon Dall’Igna Rodrigues a organizar um setor especializado naquela unidade” (LEITE, 1981, p. 62). Registre-se, porém, que nos trabalhos lingüísticos de Mansur Guérios – não negando seus tantos valores e, mesmo, pioneirismo em muitos aspectos – são frequentes as remissões às lições fonéticas de Trombetti, incluindo a afiliação à tese do monogenismo lingüístico, que o autor italiano sustentava.

¹⁸ Título com que Câmara Jr. se qualifica em publicação dos anos 40 (cf. CÂMARA JR., 1945).

O que principalmente caracteriza o seu pensamento, porém, é que subordina o conceito de fonema ao de oposição fônica, ampliando e consolidando no âmbito dos sons o famoso princípio de Saussure: “os fonemas são antes de tudo entidades opositivas, relativas e negativas” (SAUSSURE, 1922, 164) (CÂMARA JR, [1946] 1977a, p. 122).¹⁹

O inventário de fonemas de uma língua (...) é, propriamente, apenas uma conseqüência do sistema de oposições fonológicas. Não se deve esquecer que em fonologia o mais importante não é o fonema, mas a oposição distintiva. (idem, p. 123).

O fruto de seu contato com aquele modelo teórico foi sua análise do Português, consolidada na tese com que obteve o grau de Doutor em Letras Clássicas na Faculdade Nacional de Filosofia (RJ) em 1949, e que foi publicada em livro quatro anos depois (1953). Sobre esse período da vida do grande lingüista brasileiro, assim escreveu Yonne Leite (que foi colaboradora de Mattoso nos últimos dez anos da vida dele):

Ele foi adepto, talvez o único em nosso país, da fonologia do Círculo Lingüístico de Praga, cujos ensinamentos fora aprimorar nos Estados Unidos da América em 1943 (...) Foi aluno, tornando-se amigo, de Roman Jakobson. É essa fase de seu curriculum acadêmico, esse período de maturação lingüística, que ele nos traduz em Para o estudo da fonêmica portuguesa. (LEITE, 1990, p. 35).²⁰

Quando da sua permanência nos Estados Unidos, Câmara Jr. encontrou Jakobson na Universidade de Colúmbia. Sobre o grande lingüista russo, o brasileiro disse as seguintes palavras, em uma conferência à Sociedade Brasileira de Estudos Latinos, em agosto de 1944:

Ao professor Jakobson coube, entretanto, o papel, que eu considero capital, de trazer para a teoria fonêmica nos Estados Unidos a contribuição das idéias do Círculo Lingüístico de Praga. (...) A mútua compreensão entre

¹⁹ Na edição brasileira da Cultrix, a passagem de Saussure está à p. 138.

²⁰ É necessário esclarecer que o modelo teórico que Mattoso adota é mesmo o da fonologia de Praga (como informa Yonne Leite), aprendido diretamente com Jakobson. No entanto, por uma escolha pessoal, Câmara Jr. entendeu, por muito tempo, que o nome “Fonêmica” era o mais adequado à disciplina. Sua compreensão quanto a isso já seria outra nos anos 60, como se percebe nessa passagem do livro *Problemas de Linguística Descritiva*: “A tendência hoje é limitar o âmbito da fonêmica, dentro da fonologia, ao levantamento técnico dos fonemas” (CÂMARA JR, [1969] 1976, p. 16, nota 6).

o professor Jakobson e lingüistas norte-americanos, como o professor Bloomfield e Morris Swadesh, está dando à interpretação dos sons da língua como unidades de um sistema e de uma estrutura – o que é em última análise a noção diretriz da fonologia de Praga e da fonêmica sapiriana – a profundidade e a nitidez que sempre resultam de um balanço de doutrinas, quando feito com honesto e objetivo espírito científico. (CÂMARA JR, 1945, p. 12).

Apesar do otimismo do brasileiro, já vimos que uma década depois o lingüista Kenneth Pike (1956) reconhecia que a Fonêmica norte-americana mantinha sua ênfase distinta da fonologia de Praga e que seus praticantes haviam recusado a insistência de Sapir nos sistemas fonológicos.

Mattoso Câmara já pretendia, no final dos anos 30 (época em que iniciava suas atividades como docente do ensino superior na Universidade do Distrito Federal²¹), divulgar entre os brasileiros a obra de Sapir, traduzindo o clássico *Language*, de 1921. Por falta de interesse editorial, não conseguiu publicá-lo antes da década de 50.²² Ao fim, antes mesmo de divulgar Sapir, sua tese (defendida cinco anos depois de sua viagem aos Estados Unidos), publicada em 1954, representava uma divulgação mais que adequada da Fonologia praguena.

Quanto à docência no ensino superior, como informou Silveira, Mattoso a iniciou, convidado a lecionar na Universidade do DF em 1938. No entanto, em 1939 a Universidade foi extinta e Mattoso encerrou ali a primeira fase de sua carreira em docência superior. Tratando desse episódio, Rodrigues (1984, p. 84) registrou que Câmara Jr.

ensinou lingüística geral apenas nos dois últimos anos de existência da universidade. Extinta esta, foi criada em seu lugar a Faculdade Nacional de Filosofia, a qual instalou uma versão antiquada e menos científica do ensino na área de línguas e literaturas, em que não havia lugar para a ciência lingüística. Conseqüências mais graves teve essa substituição de uma universidade progressista por uma faculdade conservadora na antiga Capital da República, já que a Faculdade Nacional de Filosofia foi erigida, pelo Ministério da Educação, em padrão (restritivo) para todas as demais faculdades de filosofia, ciências e letras do Brasil. Assim,

²¹ Silveira (1974, p. 9).

²² A tradução só foi publicada em 1954, mas no seu Prefácio o tradutor registra o fato (cf. CÂMARA JR, 1954, p. 7).

Mattoso ficou sendo, por mais de dez anos, apenas um professor de língua em escolas secundárias.

O texto confirma que a orientação dos estudos da linguagem, no Brasil, permaneciam dirigidos à elaboração filológica e, como afirmou Rodrigues, numa “versão mais antiquada e menos científica”. A prova cabal disso foi a vida do próprio Mattoso Câmara, considerado o pai da Lingüística brasileira. Conforme registra Rodrigues, um ano depois de obter seu título de Doutor, Câmara Jr aceitou ministrar Lingüística Geral no curso de Letras Clássicas da Faculdade Nacional de Filosofia, “apesar das condições precárias do emprego”. Pretendendo seguir carreira universitária, em 1952 Mattoso submeteu-se às provas de livre-docência na mesma Faculdade, mas “em termos práticos, de pouco lhe valeu o título de livre-docente”, uma vez que a Congregação da Faculdade

nunca promoveu Mattoso, apesar de seu doutorado e de sua livre-docência, acima da humilde posição de assistente; pelo contrário, chegou a examinar proposta, partida de um de seus catedráticos, de extinção da disciplina de lingüística geral, considerada irrelevante numa faculdade de letras! (RODRIGUES, 1984, p. 84).

Mas, se a tese de Mattoso, publicada em livro, colocava ao acesso de estudiosos brasileiros as referências importantes e os princípios de análise da Fonologia de Praga, essa não foi a orientação que seguiram. Como anotou Aryan Rodrigues, “com a talvez única exceção de Yonne de Freitas Leite, Mattoso não teve alunos que se tornassem seus discípulos”, ainda que seus escritos tenham atuado “positivamente sobre milhares de estudiosos da língua e da lingüística, ao longo de trinta anos” (RODRIGUES, 1984, p. 91). E como escreveu Yonne Leite, Mattoso terá sido “talvez o único em nosso país” a ser adepto da Fonologia de Praga. Os motivos disso são, basicamente, a posição subalterna e oprimida em que continuou a Lingüística nos anos seguintes, e o fato de que, para realizar formação de lingüistas no Brasil, no final dos anos 50 se assistia à chegada dos primeiros pesquisadores do *Summer Institute* ao Brasil.

A Fonologia Pró-Estados Unidos no Brasil

Na segunda metade dos anos 50 – depois da experiência traumática da mais nacionalista gestão de Vargas, encerrada com seu suicídio em

agosto de 1954 – retomaram-se os esforços dos Estados Unidos para garantir que o Brasil se manteria em sua esfera de influência política e econômica. Isso garantia às empresas norte-americanas uma expansão de mercado (sobretudo quando a indústria européia não podia ocupar-se de competir com elas) mas, principalmente, abria o caminho das enormes e variadas reservas naturais do maior país da América do Sul. Esses esforços, iniciados ainda durante a Segunda Guerra, haviam sido bem-sucedidos em várias áreas durante toda a segunda metade da década de 40, uma vez afastado Getúlio e obtida a eleição de um general pró-Estados Unidos: Gaspar Dutra.²³ A experiência do segundo governo Vargas havia abalado essa situação, e exacerbava o sentimento nacionalista que não favorecia os interesses norte-americanos.²⁴

Talvez não por coincidência, foi na segunda metade da década de 50 que veio ao Brasil, em visita de cortesia, o lingüista Kenneth Pike, oferecendo ou propondo a vinda de membros de sua entidade, o *Summer Institute of Linguistics*, para colaborar no estudo das línguas indígenas e formar lingüistas no Brasil. Entre os interlocutores brasileiros, um dos que se entusiasmou com a idéia foi o antropólogo Darcy Ribeiro, que à época dirigia o setor de pesquisas do Museu do Índio, no Serviço de

²³ Octavio Ianni (em “*O colapso do populismo no Brasil*”), tratando da visão norte-americana para seus interesses na América Latina, registra que “já durante a Segunda Guerra Mundial se reconhecia nos Estados Unidos que o nacionalismo precisava ser contornado de modo realista nas nações sul-americanas (...) Por isso, aconselha-se a associação de capitais externos e nativos, como a melhor técnica para fazer frente ao nacionalismo”, o que seria uma forma de garantia do capital americano “diante da evidência de que a forma pela qual a industrialização se encaminhava nos países da América Latina poderia contrariar interesses econômicos e políticos externos, particularmente dos Estados Unidos” (IANNI, 1978, p. 148). Não se tratou, porém, simplesmente de desenvolver estratégias econômicas, uma vez que, a partir de 1945, “diante de todas as tarefas inerentes à sua supremacia no mundo capitalista” se exigia dos Estados Unidos “um grande esforço de organização e mobilização de recursos” para cumprir “as missões econômicas, políticas, militares e culturais” que lhe permitissem garantir sua “hegemonia sobre a América Latina” (cf. IANNI, 1978, p. 146).

²⁴ Octavio Ianni também registrou, sobre o golpe militar de 1964, que “em boa parte, o golpe representa uma restauração dos vínculos internos e externos que se estavam rompendo desde a Primeira Guerra Mundial e, em especial, durante a era getuliana, isto é, entre 1930 e 1954.” (IANNI, 1978, p. 145).

Proteção aos Índios (SPI). Outro apoio talvez tenha vindo do próprio Mattoso Câmara Jr, quase isolado como lingüista, buscando de todas as maneiras criar algum espaço para a lingüística num país em que os meios acadêmicos eram dominados pelos filólogos, e vivamente interessado em criar no país algo parecido com os esforços de Boas e Sapir para o estudo das línguas indígenas. Nesse sentido, Câmara Jr. já colaborava no Museu Nacional desde o início da década de 40, quando fora “chamado por Heloisa Alberto Torres para dar um curso especial de Lingüística aos etnólogos que iniciavam a sua carreira profissional no Museu” (FARIA, [1965] 1977, p. 8). E em 1957 a Divisão de Antropologia do Museu Nacional publicava um Manual de Transcrição Fonética, “especialmente preparado por Mattoso Câmara para dotar os estudiosos brasileiros de indispensável instrumento de trabalho” (FARIA, [1965] 1977, p. 8-9).

O início oficial das relações do *Summer* com o Museu Nacional é assim descrito por Castro Faria, que dirigia a Divisão de Antropologia do Museu:

Em janeiro de 1956 recebíamos do Peru uma carta do Prof. Kenneth L. Pike, diretor de cursos do Summer Institute of Linguistics, comunicando a sua próxima visita ao Brasil e o seu propósito de entrar em contato conosco. Em abril chegava ao Rio de Janeiro o famoso professor, que a convite do diretor da Casa de Rui Barbosa proferiria pequena série de conferências. No decorrer de sua curta estada entre nós tivemos oportunidade de discutir vários aspectos do nosso programa de desenvolvimento das pesquisas no setor das línguas indígenas e depois de assentados alguns pontos básicos dirigimo-nos oficialmente ao Summer Institute of Linguistics, em 26 de abril, solicitando cooperação técnica. Em 26 de julho o Conselho Diretor desse Instituto comunicava que o nosso pedido fora aceito e que o senhor Dale Kietzman seria imediatamente enviado ao Brasil para dar execução ao projeto. Como coordenador geral do projeto, da parte do Brasil, foi encarregado o Prof. J. Mattoso Câmara Jr. (FARIA, op. cit., p. 8).²⁵

²⁵ Em sua página na internet, o SIL informa que suas atividades no Brasil iniciaram-se “em 1956, a convite de duas entidades: o então Serviço de Proteção ao Índio, órgão do Ministério de Agricultura que antecedeu a FUNAI, e o Museu Nacional da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro” (disponível no endereço: <http://www.sil.org/americas/brasil/PortSILB.htm> , acessado em 25.08.2002).

Por conta desses interesses convergentes, concerta-se então um acordo e se permite a entrada do SIL no país, com estatuto de entidade científica. Assim informa Yonne Leite:

O Summer Institute of Linguistics passou a atuar oficialmente no Brasil em 1959, embora várias gestões já houvessem sido feitas anteriormente. Instalou-se como entidade que dava ênfase ao lado acadêmico, através de um convênio com o Museu Nacional. Este convênio limitava a ação do S.I.L. à atividade de pesquisa. Fica clara essa restrição no artigo treze do Acordo firmado entre as duas Instituições pelo qual os membros do S.I.L. se comprometem “a acatar as leis do país, atendendo às sugestões dos funcionários do Museu Nacional, com quem estiverem colaborando, *no sentido de ficar a salvo a tradicional reputação do Museu Nacional como órgão de exclusivo objetivo científico.*” (LEITE, 1981, p. 61 – grifos da autora).²⁶

Yonne Leite (idem, ibidem) registra que, apesar desta

“face com que o S.I.L. se apresentava nos meios acadêmicos”, todos sabiam, e seus integrantes e dirigentes não o ocultavam – que sua base financeira provinha da Wycliffe Bible Translators, entidade que se destina a promover trabalhos em grupos não-alfabetizados com o objetivo de prover-lhes programas educativos e a tradução do Novo Testamento.

Segundo aquela pesquisadora,

acreditava-se que por serem missionários os membros do S.I.L. poderiam desenvolver melhor, trabalhos de campo, com longos anos de permanência no meio do desconforto, pois os movia a fé e lhes dava força a recompensa espiritual. Por isso o lado missionário do Summer era tolerado... (idem, p. 62).

Não é preciso dizer que todos os pesquisadores do SIL adotavam, sem discussões, os textos manuais de Nida e Kenneth Pike e, no caso deste último, com destaque para *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*. A Fonêmica entra no país pela porta da frente.

²⁶ Como informa Yonne Leite, apesar das tratativas iniciadas em 1956, apenas em 1959 oficializa-se um acordo entre o SIL e o Museu Nacional (o Conselho Universitário da Universidade do Brasil, à qual se ligava o Museu, aprovou o texto do acordo em sessão de 16 de julho de 1959 – cf. FARIA, [1965] 1977, p. 9).

A Fonêmica no Brasil e sua difusão

Através do convênio com o Museu Nacional (e, posteriormente, com a Funai), os membros do SIL viriam a participar de toda atividade de formação envolvendo lingüistas e antropólogos durante a década de 1960 e parte dos anos 70, anos em que a presença e os interesses norte-americanos no país reforçam-se consideravelmente, a partir do golpe militar de 1964, em boa parte articulado e financiado pelos próprios Estados Unidos.²⁷

Segundo Leite (1981, p. 61), tendo estabelecido sua sede no Rio de Janeiro a essa época (além da presença missionária já em algumas comunidades indígenas antes de iniciar-se a década de 60), os membros do SIL

compareciam diariamente ao Museu Nacional, participavam da organização de fichários e arquivos, davam cursos de treinamento para trabalho de campo em lingüística para os membros do Departamento de Antropologia, faziam conferências e seminários sobre o andamento de suas pesquisas.

E sua atuação não se restringiria ao campo das línguas indígenas, sendo chamados a colaborar em outros empreendimentos, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e, a convite de Darcy Ribeiro, em um projeto de levantamento lingüístico de uma cidade em Minas Gerais (cf. LEITE, op. cit.).

Com a instalação da Universidade de Brasília, “tendo à frente do Departamento de Lingüística o Dr. Aryon Dall’Igna Rodrigues, especialista em línguas indígenas”, também os

membros do S.I.L. são convidados para ministrarem aulas naquele centro que se inaugurava em bases inovadoras. Ampliava-se assim o raio de ação acadêmica do S.I.L. que colaboraram na Universidade de Brasília

²⁷ Segundo Octavio Ianni, “Em verdade, o golpe de 1º de abril de 1964 é o fecho do longo processo de transição do Brasil da esfera da libra esterlina para a esfera do dólar” (IANNI, 1978, p. 145). Como destaca o mesmo autor, “o Golpe de Estado de 1º de abril de 1964 não é um acontecimento estritamente político, ou político-militar. Ele tem raízes econômicas importantes. Tanto assim que foi facilitado pelos processos econômicos que estavam forçando a liquidação da democracia populista” (idem, p. 153).

e, posteriormente, no Programa de Pós-Graduação em Lingüística do Museu Nacional (1968-1972) deram aulas, orientaram teses hoje publicadas... (LEITE, 1981, p. 62).

Uma vez encerrado o convênio entre o *Summer* e o Museu Nacional, ainda na década de 60, um convênio foi celebrado diretamente entre aquela entidade e a Funai, no ano de 1969. Esse convênio, renovado por diversas vezes, foi denunciado pela própria Funai em dezembro de 1977. O motivo, rigorosamente, não eram divergências de orientação; a denúncia do convênio com o SIL funcionava apenas como um sinal, na linguagem diplomática, do ligeiro desacordo entre os interesses da política (econômica) externa brasileira e os interesses norte-americanos, no caso do acordo nuclear brasileiro com a Alemanha. No entanto, pouco tempo depois o SIL conseguiu abrigo em um convênio com o Departamento de Lingüística da Unicamp, e por mais meia década sustentou, com isso, sua presença no país.

De fato, tão logo ficou ao desamparo do convênio com a Funai, membros do SIL passaram a entabular contatos com o Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da UNICAMP, e ainda uma vez usaram de uma visita de Kenneth Pike para apressar os entendimentos. Pouco depois daquela visita, em maio de 1978 o Diretor do SIL no Brasil, Steven Sheldon, oficiava ao Diretor do IEL informando a decisão da Mesa Executiva do *Summer* “de aprovar e assinar convênio com a UNICAMP, de acordo com o ante-projeto já elaborado”.²⁸ Parte importante das estratégias de entrada do SIL, nesses casos, era prometer à entidade hospedeira “todo o controle científico sobre os programas que venham a realizar-se” e, ao mesmo tempo, garantir que o convênio se fazia “sem qualquer ônus suplementar” para a universidade.²⁹ O convênio com a Unicamp foi firmado em agosto de 1978 e, com esse respaldo, o SIL continuou a atuar em áreas indígenas do país por mais seis anos. No entanto, em dezembro de 1983 a entidade conseguiu a proeza de mais uma vez firmar convênio com a Funai, e justamente os termos daquele acordo e a nova posição dos pesquisadores brasileiros em relação às ações do *Summer* levaram à denúncia do

²⁸ Ofício nº 025/SIL/78, constante no Processo nº 3417/78 - Unicamp, fl.6.

²⁹ Ofício do Chefe do Departamento de Lingüística ao Diretor do IEL, em 15 de junho de 1978 (Processo nº 3417/78 - Unicamp, fl.5 - grifos no original).

convênio com a Unicamp, por iniciativa do mesmo Departamento de Lingüística que, na década anterior, o havia proposto.³⁰

Quando a situação do *Summer* se tornou insustentável, pela recusa cada vez mais forte no meio acadêmico de prestar-se a colaborar no empreendimento missionário daquela organização, o SIL mudou de estratégia e, “deixando de ser” uma entidade estrangeira, tornou-se uma “ONG” no país, registrando-se como Sociedade Internacional de Lingüística (ainda SIL), mantendo sua sede em Brasília. Com essa nova face/fase, a entidade tem conseguido atuar até mesmo em programas de educação escolar indígena, em colaboração agora com governos estaduais politicamente mais retrógrados (nomeadamente, no Paraná).

Como resultado da presença intensa do SIL nas universidades brasileiras entre o final dos anos 50 e o final dos anos 80, alguns pesquisadores reconhecem algum aspecto positivo, como nessa avaliação de Yonne Leite, do ponto de vista da lingüística, pela qual os membros do SIL

deixaram marcas positivas naqueles que foram seus alunos, marcas essas que se traduziram em mudar o enfoque de se historiar as conquistas da lingüística, e ensinar a trabalhar com dados, organizá-los sistematicamente e basear a análise na combinação dos elementos examinados. Enfim divulgaram e fizeram com que tomasse corpo no Brasil uma das linhas do estruturalismo norte-americano (LEITE, 1981, p. 62).

Já sabemos a qual linha a autora está se referindo. E, no caso da análise fonológica, é importante insistir que, com toda essa atividade acadêmica, e formando verdadeiramente duas gerações inteiras de lingüistas – que iriam, por sua vez, consolidar o campo da lingüística no Brasil em suas diferentes universidades – o SIL foi responsável pela ‘conversão’ à Fonêmica da própria lingüística nascente no país.

Isso é tanto mais evidente quando lemos, no próprio Mattoso Câmara, nos *Princípios de Lingüística Geral* (1974, p. 67), sugestão ao leitor interessado em fonologia a buscar, entre outras obras, aquelas esclarecedoras da “técnica de aplicação fonêmica”: Gleason 1955 e

³⁰ Cf. Processo nº 3417/78 - Unicamp, fls. 23-25 (Termo de Convênio), fls. 61-63 (Ofício do Chefe Adjunto do Departamento de Lingüística do IEL-UNICAMP ao Presidente da Funai, em 05.10.84) e fl. 74 (ofício do Reitor da Unicamp informando ao SIL a rescisão do convênio).

Hockett 1958 (ainda que remeta a Jakobson – mas também Bloomfield – para “*um debate geral do conceito de fonema*”).

E a orientação atomística no tratamento da fonologia (descartando os sistemas fonológicos) está explícita já no curso ministrado por Sarah Gudschinsky em 1960, no Museu Nacional (no primeiro ano da vigência do convênio SIL-Museu Nacional). Nesse curso, a primeira parte compunha-se de dez brilhantes palestras de Mattoso Câmara, seguidas de quatro palestras da lingüista do *Summer*, intituladas “A técnica de pesquisa”.³¹

A presença do SIL e sua contribuição para a ‘conversão’ do Brasil à Fonêmica pode ser verificada até mesmo na obra científica de Câmara Jr., conforme registra o testemunho privilegiado de Yonne Leite:

Um dos pontos mais contestados da proposta de Mattoso Câmara é a análise da vibrante múltipla. Não vê ele no par caro:carro o contraste entre dois fonemas mas sim a ocorrência de uma vibrante simples em caro e uma consoante geminada em carro. (...)

(...) Moraes Barbosa é o estruturalista que mais debate e refuta essa interpretação, seguido de Brian Head. A razão mais aventada é a de que essa análise revive fatos históricos não mais atuantes nas regras do português moderno.

O próprio Mattoso Câmara não ficou imune a essas críticas. Muda sua análise da vibrante e em *Problemas de Lingüística Descritiva* (p.16) já passa a falar em variantes livres do /r/ forte, colocando-o entre barras inclinadas, a indicar uma unidade fonêmica distinta do /r/ fraco. (...)

Acompanhei de perto essa mudança e acho que nela pesou muito, não só as críticas feitas, mas também o diálogo constante e diário com lingüistas do Summer Institute of Linguistics, que trabalhavam em convênio com o Museu Nacional. A abordagem por eles seguida, e que muito influenciou a prática lingüística em nosso País, jamais aceitaria essa análise por ser muito abstrata, distanciada da realidade fonética. (LEITE, 1990, p. 36).

De fato, quando preparava a republicação de sua tese (*Para o estudo da fonêmica portuguesa*), que veio à luz postumamente (em 1977),

³¹ Gravadas e transcritas, foram reunidas no livro *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras* (ver CÂMARA JR, 1977b), cuja primeira edição, pelo Museu Nacional, apareceu em 1965. A terceira das palestras de Sarah Gudschinsky intitulou-se “*A aplicação da análise fonêmica e mórfica*” (cf. CÂMARA JR, 1977b, p. 199-211).

Câmara Jr redigiu uma “*Advertência da 2ª Edição*”, na qual informa que ela era “apenas ligeiramente revista”, mas

onde houve uma mudança mais intensa em certos pontos foi no capítulo II, porque o autor procurou adaptar a sua apresentação inicial dos fonemas portugueses ao que hoje em dia considera solução mais exata (CÂMARA JR., 1977a, p. 7).

A Fonêmica no Brasil e seu legado

Todo o esforço de Mattoso Câmara Jr, desde os anos 30, para criação em nosso país de uma pesquisa lingüística lúcida, atualizada com a reflexão teórica feita nos centros em que ela surgira e se mostrava mais inovadora,³² e de um perfil humanista e abrangente, acabaria desmoronando, em boa parte, com a rendição à influência (cada vez maior) do *Summer*. Apesar das traduções de Mattoso de importantes obras de Sapir, de Jakobson e de Jespersen,³³ a lingüística brasileira inclinou-se definitivamente para a orientação norte-americana.

Ainda que nos anos 70 essa inclinação tenha levado muitos lingüistas brasileiros em formação a adotarem o modelo gerativo iniciado por Chomsky, poucos foram os que praticaram a fonologia gerativa com senso crítico e

³² Manter-se atualizado com a lingüística mundial era, sem dúvida, uma preocupação de Mattoso, ao lado de sua incessante atividade produtiva. Em um perfil de sua obra científica, traçado por Aryon Rodrigues, este autor destaca: “é realmente notável que, tendo de ensinar português em três ou quatro escolas ao mesmo tempo, com uma perda considerável de tempo e de energias, tenha mantido uma produção constante e tenha estado sempre ao corrente de todo o desenvolvimento da lingüística na Europa e nas Américas. Por exemplo, refere-se, em 1966 (...), à gramática gerativa transformacional citando de Chomsky não só os *Aspects* de 1965, mas também a *Cartesian Linguistics* de 1966...” (RODRIGUES, 1984, p. 85).

³³ De Sapir, além do *Language* (de 1921), Mattoso traduziu ainda dez artigos, reunidos em *Lingüística como ciência: ensaios* (1961). Da mesma forma, traduziu e reuniu vários ensaios primordiais de Jakobson em *Fonema e Fonologia: ensaios* (1967). De outros autores, tomo a informação sucinta que aparece em Rodrigues (1984, p. 86): “traduziu artigos de Swadesh, Greenberg, Trager e Smith, entre outros. Outro livro que traduziu, mas que nunca se publicou, porque a única cópia manuscrita da tradução se perdeu nas oficinas da companhia editora, foi *Language* de Otto Jespersen”.

profundidade de compreensão. Infelizmente, em muitos centros acadêmicos, mesmo a abordagem em fonologia gerativa ficou restrita a um verniz de traços distintivos e regras, aplicados sobre o tratamento fonêmico tradicional do componente fonológico, exatamente por conta da forte marca ou ranço criado na lingüística brasileira pela prática da fonêmica.³⁴

A mais rica, cuidadosa e instigante descrição da fonologia do Português brasileiro continua sendo aquela consagrada no livrinho *Estrutura da Língua Portuguesa*, aparecido em 1970, logo após a morte de Câmara Jr.³⁵ Nela se apóiam a maioria das gramáticas publicadas no Brasil depois daquela data, e ela é citada ou assumida na maioria dos trabalhos lingüísticos de fonologia do Português brasileiro desde então. Entretanto, como o que se enxerga é o que se aprendeu a tomar como relevante, a esmagadora maioria dos pesquisadores sempre leu Mattoso pelos olhos da Fonêmica, ainda que ‘engolindo’ as propostas de neutralização e arquifonemas, muitas vezes sem entender como coaduná-las com as premissas do modelo fonêmico. Em outras palavras, raramente se percebeu a parte mais interessante e inovadora da análise de Mattoso, que era justamente sua perspectiva pragueana na interpretação de um sistema fonológico organizado em um jogo de oposições distintivas.³⁶

Não farei aqui uma revisão de toda a literatura para demonstrar essa tese. Para os manuais de fonologia e de fonologia do Português publicados no Brasil entre meados dos anos 90 e o ano 2001, produzi uma leitura crítica, que defendi no encontro do GT Fonética e

³⁴ Isso se observa também (como era de esperar) nos trabalhos de lingüistas do *Summer*, como é, por exemplo, a análise ‘gerativa’ da fonologia do Kaingang por Glória Kindell (1981).

³⁵ A história desse livro é contada por Aryon Rodrigues (1984), mostrando tratar-se de obra em andamento, porque a saúde de Mattoso, agravada, não lhe permitira trabalhar na parte da sintaxe. Quando faleceu, “a editora se apressou em recuperar o manuscrito incompleto e a publicá-lo sem nenhuma revisão, sem nenhuma editoração, sem sequer fazer compilar as referências bibliográficas, sem as quais todo leitor se sente ludibriado. Nada de pior poderia ter acontecido a um escritor escrupuloso!” (RODRIGUES, 1984, p. 88).

³⁶ Tenho destacado essa análise, e trabalhado em seu desenvolvimento, em um artigo intitulado “*Sistema Fonológico do Português: rediscutindo o consenso*” (ver D’ANGELIS, 2002a).

Fonologia da ANPOLL em junho de 2002, com o título: “Ainda a ‘Fonêmica’ do Português. Ou, por que as teorias avançam e a análise permanece?” (D’ANGELIS, 2002b). Tomarei, aqui, apenas um exemplo dentre aqueles manuais: o livro *Fonética e Fonologia do Português. Roteiro de estudos e guia de exercícios*.³⁷

Como escrevi, no texto de leitura crítica citado,

o livro todo é centrado no Português Brasileiro, desde o capítulo sobre Fonética. No entanto, como o título do segundo capítulo indica, faz uma opção pela Fonêmica, o modelo estruturalista de viés norte-americano, para apresentar os conceitos fundamentais da fonologia. Como recurso didático a opção não é feliz, seja porque já existiam outros manuais que introduzem a fonologia por este modelo, seja porque já era tempo de se produzir um manual de introdução à Fonologia que abrisse horizontes, antes que alimentar uma velha forma de ensino de muitas faculdades de Letras pelo país afora.

Devido à opção teórica feita, a única análise fonológica do Português que o texto apresenta é a fonêmica. Na apresentação da abordagem escolhida, comete o equívoco de dizer que a análise fonêmica é aquela que se dá “a partir de pressupostos teóricos de tendência estruturalista”, enquanto “o termo fonologia passa a ser utilizado por modelos pós-estruturalistas” (SILVA, 1999, p.118), o que é um desconhecimento a respeito da Fonologia de Praga e seu papel precursor no estabelecimento da área (...).

O desconhecimento da abordagem pragueana (e da obra de Trubetzkoy, representativa dela), e a prisão a premissas pikeanas leva a autora a afirmar, por exemplo, que o sistema vocálico do japonês é “semi-simétrico”, porque em suas vogais posteriores uma é arredondada e um não o é, quando de fato, para o sistema vocálico do japonês, arredondamento não é um traço relevante nas vogais. O mesmo vale para a sugestão de assimetria em referência ao sistema vocálico da língua Bardi, embora um analista pikeano não tivesse dificuldade em sugerir que se trata de um sistema de duas alturas e que a vogal /a/ fonologicamente classifica-se como vogal anterior. Desse modo, transparece uma prisão à realidade fonética dos sons, quando a análise fonológica busca reconhecer a organização do sistema.

Essas observações são suficientes para mostrar, como afirmei, o peso da tradição fonêmica no Brasil. Mas vale registrar algo que se apresenta, naquela obra, como um quase detalhe, mas que se revela

³⁷ SILVA, 1999. Há edição posterior, de 2001.

por demais significativo. Reproduz-se ali, à p. 41, o Alfabeto Fonético Internacional (versão 1996), e se pretende que o leitor se familiarize com ele. Dá-se, inclusive, uma pequena tabela de ‘equivalências’ de cinco símbolos do IPA com símbolos “concorrentes” (p.40), presentes em outros trabalhos de lingüística. Os “concorrentes” são, na maioria, símbolos propostos por Kenneth Pike em seu alfabeto de transcrição fonética para missionários, que foi amplamente difundido no Brasil (e não apenas por membros do SIL).

Entretanto, a presença da notação pikeana na obra em questão (de 1999, deve-se manter em mente) não se restringe àquela apresentação didática. Em quase todo o livro a aproximante palatal [j], quando nasalizada, é transcrita com [y] (e mesmo, em alguns lugares, quando é oral, como na página 125). De igual modo, apesar da clara distinção no uso do IPA entre tepe (ɾ) e vibrante alveolar (r), o livro emprega, para a última, a notação pikeana (ɾ̃), sem qualquer esclarecimento ou justificativa para o leitor.

O ‘drama’ da herança fonêmico-summer-pikeana da lingüística brasileira se revela, pois, mesmo em pequenos hábitos, como o do uso de uma notação fonética que poderíamos dizer, sem dificuldade, discursivamente marcada. Fosse apenas isso, os malefícios não seriam tão grandes. O fato é que, em nossas universidades, muitas dissertações e teses e comunicações em congressos científicos sobre línguas indígenas (incluído o tratamento histórico-comparativo) continuam fundamentando seu tratamento da fonologia em um quadro de inventário fonêmico, mesmo quando os trabalhos se pretendem orientados pelos modelos em voga, tanto na vertente das fonologias não-lineares quanto na perspectiva da optimalidade.

Conclusão

Este trabalho pretendeu traçar a história da guinada da lingüística brasileira em direção ao modelo fonêmico, no tratamento do nível fonológico das línguas. Nesse trajeto, identificou-se a existência de um projeto aberto, inovador, humanista e de orientação mentalista nas iniciativas do reconhecido “pai da lingüística” no Brasil, Joaquim Mattoso Câmara Jr, mas constatou-se que esse projeto se viu abortado, atropelado que foi pela entrada em cena das hostes summerianas de nacionalidade norte-americana.

Observa-se também, nessa retrospectiva, que a entrada do SIL e seu fortalecimento – não apenas no campo do estudo das línguas indígenas brasileiras, mas também na formação das gerações que deram o tom da lingüística brasileira até a década de 80 – coincidiu com um período de recrudescimento da intervenção norte-americana na América Latina (entre meados dos anos 50 e meados dos anos 70). E mais especificamente, coincidiu com o crescimento dos interesses estadunidenses no Brasil, o que incluiu ações de desestabilização de governos constituídos e financiamento de um golpe militar, cujo principal papel foi o de criar condições para um novo arranjo das forças produtivas em favor dos empreendimentos econômicos de capital norte-americano no maior país da América do Sul.³⁸

Nesse sentido, a crise gerada entre FUNAI e SIL, em 1977, não passava de um sinal, dentro da linguagem diplomática, quando as relações de cooperação do governo do Brasil com o governo dos Estados Unidos experimentaram um arrefecimento, em razão de choques de interesses. Não passavam, porém, de divergências anecdóticas, e o SIL pôde continuar tranquilamente suas ações (na prática, sem qualquer fiscalização e controle) por conta de um convênio que firmou com a Unicamp alguns meses depois. Entretanto, baixada a poeira, os entendimentos do SIL com o governo brasileiro voltaram a bom termo, em bases ainda mais generosas para com o empreendimento missionário, a ponto de firmarem novo acordo com a FUNAI em 1983 (que, de tão escandaloso, levou a UNICAMP a rever sua colaboração com aquela entidade, e encerrá-la).

Como se vê, este texto que aqui se encerra não traça uma história acadêmica, ou da ciência, num sentido estrito em que eventualmente pudesse ser escrita (ou se tentasse escrever). Não se constitui assim porque a história que retrata não é isso. A história da Fonêmica no Brasil é, antes de tudo, uma história de interesses políticos, econômicos e de

³⁸ Uma pequena amostra, incompleta, apenas das intervenções político-militares na América Latina nesse período, pode incluir (além das tentativas de golpe, no Brasil, em 1954, 55, 61 e o golpe de 1964): golpe militar na Guatemala (1954); apoio ao golpe de François Duvalier, no Haiti (1964); invasão da República Dominicana (1965); golpe no Uruguai (1972); golpe militar no Chile (1973); golpe militar na Argentina (1976).

proselitismo religioso (se a esse componente conferirmos autonomia e reconhecermos sinceridade de propósitos). Mas sendo isso, é também assim uma parte da história da ciência lingüística em nosso país.

Referências Bibliográficas

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Os estudos lingüísticos nos Estados Unidos da América do Norte*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1945.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Prefácio do Tradutor. In: SAPIR, E. *A linguagem. Introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954. p. 7-14.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Princípios de Lingüística Geral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974. [1ª ed.: 1942].

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Problemas de Lingüística Descritiva*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976. [1ª ed.: 1969].

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Ed. Padrão, 1977a. [1ª ed.: 1953, pela Organização Simões].

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977b. [1ª ed.: 1965].

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da Lingüística*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARROLL, John B. *O estudo da linguagem*. Trad. Vicente P. de Souza. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

D'ANGELIS, Wilmar R. Sistema Fonológico do Português: discutindo o consenso. *D.E.L.T.A.*, v. 18, n. 1, p. 1-24, 2002a.

D'ANGELIS, Wilmar R. Ainda a 'Fonêmica' do Português. Ou, por que as teorias avançam e a análise permanece? *Reunião do GT Fonética e Fonologia, XVII Encontro Nacional da ANPOLL - Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística*. Gramado (RS), junho de 2002.

FARIA, L. de Castro. Introdução. In: CÂMARA JR., J.M. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977, p. 7-10. [1ª ed.: 1965].

FONTAINE, Jacqueline. *O Círculo Lingüístico de Praga*. São Paulo: Cultrix / Ed. da USP, 1978.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JAKOBSON, Roman. Boas' View of Grammatical Meaning. *American Anthropologist*. (número dedicado a "The Anthropology of Franz Boas", editado por W. Goldschmidt). v. 61, n.5, part 2, p. 139-145, 1959.

JAKOBSON, Roman. Franz Boas' approach to language. In: JAKOBSON, R. *Selected Writings II*. The Hague: Mouton, 1971. p. 477-488.

JAKOBSON, Roman. *Fonema e Fonologia*. Trad. J.M. Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.

KINDELL, Gloria. *Alternation of some contrastive and noncontrastive sounds of Kaingáng*. 1981. Datil. 16 p.

LEITE, Yonne de Freitas. O Summer Institute of Linguistics. Estratégias e ação no Brasil. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença / Cortez, n. 7, p.60-64, 1981.

LEITE, Yonne de Freitas. O pensamento fonológico de J. Mattoso Câmara Jr. *Linguagem. Revista Brasileira de Estudos de Língua e Literatura*. Rio de Janeiro: Presença, n. 7, p. 33-38, 1990.

LEPSCHY, Giulio C. *A Lingüística Estrutural*. 2. ed. Trad. N.T. Feres. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEROY, Maurice. *As grandes correntes da Lingüística Moderna*. Trad. I. Blikstein e J.P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1971.

MATHESIUS, Vilém. Discurso de abertura pronunciado na sessão da manhã de 18 de dezembro de 1930. In: TOLEDO, D. (Org.). *Círculo Lingüístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1978, p. 107-109.

PHILIPSON, Journ. Introdução. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos Metodológicos da Lingüística. Vol. II – Fonologia e Sintaxe*. Campinas: IEL-UNICAMP, 1981, p. 7-14.

PIKE, Kenneth L. As correntes da lingüística norte-americana. *Revista Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro, v. 2, tomos I-II, p.207-216, 1956.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. A obra científica de Mattoso Câmara Jr. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 6, p. 83-94, 1984.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

SAPIR, Edward. *Selected Writings of Edward Sapir in Language, Culture and Personality*. MANDELBAUM, David G. (Ed.). Berkeley: University of California Press, 1951.

SAPIR, Edward. *A Linguagem. Introdução ao estudo da fala*. Trad. J.M. Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

SILVA, T. Cristóforo. *Fonética e Fonologia do Português. Roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVEIRA, Sousa da. Prefácio à Primeira Edição. In: CÂMARA JR., J.M. *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

TOLEDO, Dionísio (Org.). *Círculo Lingüístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1978.

TRUBETZKOY, Nikolay. A Fonologia atual. In: DASCAL, M. (Org.), *Fundamentos Metodológicos da Lingüística. Vol. II – Fonologia e Sintaxe*. Campinas: IEL-UNICAMP, p. 15-35, 1981. Originalmente publicado em 1933.